ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E COMPROMISSO SOCIAL: PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA (ATHIS) NA REGULARIZAÇÃO DE ESPAÇOS COMUNITÁRIOS

Paulina Alves Pereira [1]
Caroline Muñoz Cevada Jeronymo [2]
Rachel de Oliveira Queiroz Silva [3]

INTRODUÇÃO

A inter-relação entre planejamento urbano, direito à cidade e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) permite compreender a produção do espaço urbano para além de sua dimensão física, situando-a no campo das relações sociais e do acesso desigual aos recursos e às oportunidades da cidade. Em *Para entender a crise urbana*, Ermínia Maricato (2015) problematiza as contradições do processo de urbanização brasileiro, marcado pela segregação socioespacial, pelas desigualdades no acesso à infraestrutura e aos serviços urbanos e pela distância entre os instrumentos legais e a efetivação dos direitos sociais. Nessa perspectiva, o planejamento urbano assume papel fundamental na construção de cidades mais justas, desde que orientado não apenas pela ordenação territorial, mas também pelo enfrentamento das desigualdades que condicionam as formas de habitar.

É nessa perspectiva que se insere a Lei Federal nº 11.888/2008, conhecida como Lei da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. No campo das políticas habitacionais, a legislação representa um instrumento de democratização do acesso aos serviços de arquitetura e engenharia. Embora seu objeto legal esteja diretamente relacionado à habitação de

[1] Mestranda em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Professora Orientadora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB Campus Campina Grande, paulina.alves@ifpb.edu.br;
[2] Mestre, Professora Orientadora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB Campus Campina Grande, caroline.jeronymo@ifpb.edu.br;
[3] Mestre, Professora Orientadora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB Campus Campina Grande, rachel.silva@ifpb.edu.br;

ISSN: 2358-8829

interesse social, seus princípios suscitam reflexões sobre a dimensão coletiva do habitar e sobre a importância dos espaços que abrigam práticas de convivência, cultura e espiritualidade. A regularização e a qualificação desses espaços podem representar desafios para comunidades que não dispõem de recursos para a contratação de serviços técnicos especializados. Essa questão abre uma discussão sobre as possibilidades de atuação profissional socialmente comprometida e sobre as contribuições que instituições públicas de ensino podem oferecer diante de demandas dessa natureza.

Essa discussão também pode ser articulada às contribuições de Roberto Lobato Corrêa (2024), a medida em que o autor considera que a produção do espaço envolve agentes sociais cujas práticas e interesses se manifestam em diferentes escalas. A transformação dos espaços urbanos resulta, assim, de relações entre instituições, políticas públicas e comunidades, cujas possibilidades de atuação são atravessadas por condições sociais e materiais distintas. Sob esse enfoque, a discussão sobre a ATHIS permite refletir sobre as possibilidades de atuação técnica em espaços de uso coletivo, sem pressupor que a Lei nº 11.888/2008 estabeleça, por si só, a prestação de assistência técnica para quaisquer equipamentos comunitários. Trata-se de reconhecer que as condições de vida urbana também se relacionam à existência, à conservação e à apropriação desses espaços, nos quais se desenvolvem práticas de convivência, cultura, espiritualidade e participação social.

A extensão tecnológica constitui um espaço de encontro entre conhecimento técnico, demandas sociais e formação profissional. Ao aproximar instituições de ensino e comunidades, as ações extensionistas possibilitam a aplicação dos conhecimentos técnicos em situações concretas, ao mesmo tempo que favorecem a formação ética, cidadã e crítica dos estudantes. A Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, inclui entre os objetivos dos Institutos Federais o desenvolvimento de atividades de extensão em articulação com os segmentos sociais, com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), essa orientação encontra respaldo na Política de Extensão e Cultura, instituída pela Resolução nº 96/2021 do Conselho Superior. Nessa perspectiva, a extensão ultrapassa a aplicação de conhecimentos técnicos em situações concretas: pressupõe o diálogo com a sociedade, o reconhecimento de demandas locais e a articulação entre formação profissional e compromisso social. Desse modo, as ações extensionistas podem

ISSN: 2358-8829

favorecer tanto a construção compartilhada de respostas a problemas identificados pelas comunidades quanto a formação crítica, ética e cidadã dos estudantes.

O projeto de extensão intitulado *Projeto para a Igreja Santo Antônio com foco em ATHIS*, desenvolvido no âmbito do IFPB Campus Campina Grande por meio do Edital nº 01/2025 – Fluxo Contínuo, na modalidade prestação de serviço, aproxima a formação profissional das demandas da comunidade. A iniciativa abrange o levantamento técnico e histórico-social da Igreja Santo Antônio, situada no bairro Dinamérica, em Campina Grande (PB), com vistas a subsidiar a regularização da edificação e avaliar a viabilidade de uma futura reforma em diálogo com a comunidade local. O projeto reuniu docentes e discentes dos cursos de Engenharia Civil, Técnico em Edificações e Tecnologia em Construção de Edifícios, em parceria com a comunidade vinculada à Igreja, integrante da Paróquia Nossa Senhora Aparecida, e com o apoio do Núcleo de Extensão Edificar. Por meio de atividades como visitas técnicas, medições, registros fotográficos, elaboração de desenhos *as built* e rodas de conversa, a iniciativa articulou a produção de documentação técnica às dimensões históricas, sociais e culturais do espaço comunitário.

Diante dessa experiência, coloca-se a seguinte questão: de que maneira a ação extensionista desenvolvida na Igreja Santo Antônio articulou a produção de documentação técnica, as demandas da comunidade e a formação profissional dos estudantes envolvidos? Para responder a essa questão, o artigo tem como objetivo descrever e analisar a experiência extensionista, considerando os procedimentos adotados, os resultados técnicos alcançados e suas contribuições para a comunidade e para a formação dos estudantes.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa e caráter descritivo, desenvolvido a partir da experiência de um projeto de extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica. A investigação toma como objeto a atuação extensionista junto à Igreja Santo Antônio, localizada no bairro Dinamérica, em Campina Grande (PB), considerando a articulação entre o levantamento técnico da edificação, o reconhecimento de seu uso social e as demandas apresentadas pela comunidade. O percurso metodológico compreende os procedimentos de diagnóstico, levantamento e produção de documentação arquitetônica desenvolvidos ao longo de

ISSN: 2358-8829

2025, bem como o encaminhamento de subsídios técnicos ao processo de regularização da edificação.

No fim do primeiro semestre de 2025, foram realizados o levantamento fotográfico e métrico da igreja, além de rodas de conversa com membros da comunidade e lideranças locais. Essas atividades permitiram registrar aspectos da edificação, reunir informações sobre seu uso social e reconhecer demandas relacionadas às suas condições físicas e funcionais. O diagnóstico também envolveu o levantamento documental e a análise de aspectos históricos do espaço. Em paralelo, foram realizadas vistorias das condições construtivas e atividades de levantamento arquitetônico para verificação das medidas, de modo a reunir informações sobre as características físicas da edificação e subsidiar a elaboração da documentação técnica necessária para a sua regularização.

Entre julho e novembro de 2025, as informações levantadas foram utilizadas na elaboração do projeto *as built* (“como construído”), desenvolvido no software AutoCAD. Tal documentação representa graficamente as condições existentes da edificação e pode subsidiar procedimentos de regularização e intervenções futuras. No caso da Igreja Santo Antônio, o processo de regularização teve início com a entrada do projeto *as built* na Prefeitura Municipal. A experiência é analisada a partir dos procedimentos realizados e dos produtos técnicos elaborados, considerando as relações entre conhecimento técnico, demandas comunitárias e formação profissional no âmbito da ação extensionista.

REFERENCIAL TEÓRICO

A regularização de edificações constitui uma questão que ultrapassa o atendimento às exigências normativas, pois também envolve as condições sociais, econômicas e institucionais que orientam a produção do espaço urbano. Nascimento (2011), ao discutir a autoconstrução, contribui para compreender como as práticas de produção da moradia se relacionam às condições concretas de acesso à cidade. Embora essa discussão se concentre no contexto habitacional, ela permite refletir sobre as distâncias entre os parâmetros técnicos e as formas pelas quais os espaços são produzidos e utilizados. A análise da regularização requer atenção tanto às exigências legais quanto às circunstâncias que condicionam sua efetivação.

Essa relação entre norma e realidade construída também aparece na discussão de Magnani (2018) sobre os efeitos das leis urbanísticas na produção e na gestão das cidades.

A autora problematiza a regularização de edificações quando tratada sem considerar os fatores que contribuem para a própria irregularidade. Essa perspectiva permite evitar uma compreensão estritamente burocrática do processo, como se a elaboração e o encaminhamento de documentos fossem suficientes para solucionar todas as questões envolvidas. No caso de espaços comunitários, essa reflexão é particularmente relevante para distinguir a produção de documentação técnica do efetivo atendimento às exigências administrativas, sem desconsiderar as condições de uso e as demandas dos grupos que utilizam esses espaços.

A regularização também pode ser compreendida a partir das relações entre os agentes que participam da produção e da gestão do espaço urbano. Corrêa (2024), ao discutir os agentes sociais, as escalas de atuação e a produção do espaço, oferece elementos para analisar as articulações entre instituições, poder público e grupos sociais. Essa abordagem contribui para interpretar a assistência técnica como uma prática que não se restringe à relação entre profissional e edificação, uma vez que envolve diferentes interesses, competências e responsabilidades. No projeto analisado, a articulação entre o IFPB Campus Campina Grande, a comunidade religiosa e o poder público municipal situa a documentação técnica em uma rede de relações institucionais necessária ao encaminhamento da regularização.

Sob a perspectiva da educação profissional, a extensão permite aproximar o conhecimento construído na instituição de ensino das questões que atravessam a realidade social. Franzoi e Oliveira (2013) discutem a integração entre ensino, pesquisa e extensão na educação profissional, destacando a importância de superar a fragmentação dessas dimensões formativas. Sob essa perspectiva, a atuação extensionista não se resume à aplicação de conhecimentos previamente adquiridos: ela também cria condições para que estudantes e docentes confrontem conceitos, procedimentos e soluções com situações concretas. A experiência prática, portanto, contribui para a formação profissional ao evidenciar que as decisões técnicas são tomadas em contextos sociais específicos e envolvem responsabilidades que ultrapassam o domínio instrumental.

A discussão sobre a integração entre formação e realidade social também aparece em Konell e Oliveira (2024), que abordam propostas de curricularização da pesquisa e da extensão em cursos técnicos integrados ao ensino médio. Embora o contexto educacional analisado pelos autores não corresponda integralmente ao do projeto de extensão em questão, suas contribuições ajudam a pensar a articulação entre conhecimentos técnicos,

investigação e participação social como possibilidade formativa. Essa aproximação pressupõe reconhecer que a aprendizagem se desenvolve não apenas pela execução de procedimentos, mas também pela compreensão dos problemas, pela interlocução com os sujeitos envolvidos e pela reflexão sobre as consequências das decisões profissionais. Assim, a participação discente em atividades extensionistas pode favorecer uma formação atenta às dimensões sociais da prática técnica.

A articulação entre conhecimento técnico e demandas sociais exige, contudo, atenção aos limites da atuação profissional. Os códigos de ética do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR, 2013) e do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA, 2002) oferecem referências para discutir a responsabilidade dos profissionais perante a sociedade, a qualidade dos serviços prestados e o interesse público, observadas as atribuições de cada profissão. Nesse contexto, o compromisso social não se expressa apenas na oferta de um serviço, mas também na clareza quanto ao alcance dos produtos elaborados, às responsabilidades assumidas e às providências que permanecem sob competência de outros agentes. Essa distinção é fundamental em iniciativas de assistência técnica, nas quais a contribuição profissional deve ser compreendida em relação às condições concretas de continuidade do processo.

À luz dessas discussões, a elaboração de documentação técnica para um espaço comunitário pode ser compreendida simultaneamente como contribuição para procedimentos administrativos, instrumento de conhecimento da edificação e experiência de formação profissional. O projeto *as built*, ao registrar as condições existentes, fornece subsídios para a análise do imóvel e para o encaminhamento de procedimentos de regularização e de futuras intervenções, mas não assegura, isoladamente, sua conclusão. Seu alcance depende da articulação com as exigências do poder público, das condições da edificação e das providências posteriores. Desse modo, a experiência da Igreja Santo Antônio permite examinar como a extensão aproxima conhecimentos técnicos e demandas comunitárias, ao mesmo tempo que evidencia as possibilidades e os limites dessa articulação no âmbito da educação profissional.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência de elaboração do projeto *as built* partiu da necessidade de regularização da edificação diante do interesse da comunidade em realizar uma reforma e a documentação constitui um subsídio para o encaminhamento da regularização, cujo processo ainda depende dos procedimentos administrativos pertinentes. O principal resultado material da experiência foi a produção da documentação técnica que registra as condições existentes da edificação e pode subsidiar tanto os procedimentos de regularização quanto o planejamento de futuras intervenções. Sua elaboração esteve vinculada a uma demanda concreta da comunidade religiosa, o que conferiu ao trabalho uma finalidade que ultrapassa o exercício técnico de representação arquitetônica. As rodas de conversa e a interlocução com os envolvidos permitiram situar a documentação no contexto de uso da igreja e das expectativas relacionadas à sua posterior reforma.

No âmbito educacional, a participação de docentes e discentes dos cursos envolvidos possibilitou o contato com uma demanda real de atuação profissional, aproximando conhecimentos técnicos das condições concretas de uma edificação de uso comunitário. Institucionalmente, a experiência também representou uma oportunidade de atuação para o Núcleo de Extensão EDIFICAR, articulando a formação profissional à prestação de serviços à comunidade. Esses resultados evidenciam as diferentes dimensões mobilizadas pelo projeto, que reuniu a elaboração de um produto técnico, o atendimento a uma demanda social e a realização de uma atividade formativa.

A experiência permite refletir sobre a extensão como prática educativa que aproxima a formação profissional de questões presentes na realidade social. Essa compreensão dialoga com Franzoi e Oliveira (2013), ao destacar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão como possibilidade de superar a fragmentação do processo formativo. No projeto da Igreja Santo Antônio, a elaboração da documentação técnica exigiu mobilizar conhecimentos específicos em resposta a uma demanda concreta, evidenciando que a atuação profissional envolve não apenas o domínio de procedimentos, mas também a compreensão do contexto em que são aplicados e das responsabilidades implicadas.

A relação estabelecida com a comunidade também permite compreender a assistência técnica como uma prática que depende da articulação entre diferentes agentes. Em diálogo com Corrêa (2024), a experiência evidencia que a transformação dos espaços

ISSN: 2358-8829

envolve sujeitos e instituições com atribuições distintas, cujas ações precisam ser coordenadas. A demanda pela reforma da igreja, nesse sentido, não se resolve exclusivamente pela elaboração de um documento técnico: sua continuidade depende da participação da comunidade, da atuação dos profissionais e das providências cabíveis ao poder público. Essa perspectiva reforça a importância de reconhecer os usuários como interlocutores do processo, e não como meros destinatários do serviço.

A entrega do projeto *as built* evidencia, ao mesmo tempo, o alcance e os limites da ação realizada. Embora a documentação represente um avanço concreto, ela não assegura a conclusão da regularização nem substitui o desenvolvimento de um projeto específico de reforma. A intenção da comunidade de intervir na edificação aponta, portanto, para a necessidade de continuidade do trabalho, com a elaboração de uma proposta projetual que considere as condições existentes, as exigências técnicas e legais e as expectativas de uso do espaço. Esse desdobramento é importante para que a assistência não se restrinja ao atendimento de uma demanda documental, mas possa contribuir para o planejamento de intervenções futuras.

A necessidade de continuidade também se relaciona ao fortalecimento do Escritório Modelo EDIFICAR. A experiência pode contribuir para consolidar procedimentos de atendimento, ampliar a experiência acumulada e estabelecer referências para novas ações de assistência técnica. Em consonância com a discussão de Konell e Oliveira (2024) sobre a articulação entre formação, pesquisa e extensão, iniciativas dessa natureza podem favorecer experiências educativas vinculadas a problemas reais. Contudo, a consolidação desse potencial depende de condições institucionais, planejamento e definição das responsabilidades necessárias à continuidade dos projetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de desenvolvimento do projeto permitiu analisar como uma ação extensionista pode articular produção de documentação técnica, atendimento a uma demanda comunitária e formação profissional. A elaboração e a entrega do projeto *as built* constituíram o principal resultado material do trabalho, oferecendo subsídios para o encaminhamento da regularização da edificação. A entrega do projeto constitui um avanço no processo de regularização, cuja conclusão depende de procedimentos posteriores junto à Prefeitura Municipal.

A análise também evidenciou que a contribuição da extensão ultrapassa a elaboração do produto técnico. Ao partir do interesse da comunidade em reformar a igreja, o projeto vinculou a atividade profissional a uma necessidade concreta, criando oportunidades para a participação discente em uma situação que envolve conhecimentos técnicos, relações institucionais e responsabilidade social. Nesse sentido, a experiência dialoga com a compreensão da extensão como dimensão formativa, capaz de aproximar o conhecimento produzido na instituição de ensino dos desafios encontrados fora dela.

Entre as contribuições institucionais, destaca-se a possibilidade de fortalecimento do Núcleo de Extensão EDIFICAR e do Escritório Modelo, cuja atuação pode consolidar um campo de aprendizagem prática e de cooperação entre os cursos da Área de Construção Civil do IFPB Campus Campina Grande e a comunidade. Para além deste projeto, a experiência pode contribuir para o aperfeiçoamento dos procedimentos de atendimento, levantamento, elaboração de documentação e acompanhamento das demandas recebidas, ampliando a capacidade de atuação do núcleo em iniciativas futuras.

A continuidade do trabalho constitui, contudo, uma condição importante para ampliar seus resultados. A documentação elaborada atende a uma necessidade inicial, mas o propósito de reformar a Igreja Santo Antônio demanda a elaboração de um projeto de intervenção que considere as expectativas da comunidade, as condições da edificação e as exigências técnicas e legais aplicáveis. O desenvolvimento dessa nova frente poderá dar sequência à assistência prestada e permitir avaliar, em outro momento, os desdobramentos efetivos da experiência.

Por fim, o relato contribui para a reflexão sobre as possibilidades e os limites da extensão na educação profissional, especialmente quando a atuação técnica se dirige a espaços de uso coletivo. Estudos posteriores poderão acompanhar o processo de regularização, investigar a continuidade das ações e analisar os efeitos da experiência na formação dos estudantes e na relação entre o IFPB e a comunidade atendida. Dessa forma, o projeto da Igreja Santo Antônio não se apresenta como uma intervenção concluída em todas as suas dimensões, mas como uma experiência que alcançou um resultado técnico concreto e estabeleceu condições para a continuidade da atuação social e educativa do Edificar.

Palavras-chave: Habitação de interesse social, Projeto arquitetônico, Educação profissional, Regularização arquitetônica, Extensão tecnológica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. **Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005**. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm. Acesso em: 24 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 24 out. 2026.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR). Resolução nº 52, de 6 de setembro de 2013. **Aprova o Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)**. Brasília, DF: CAU/BR, 2013. Disponível em: https://transparencia.caubr.gov.br/resolucao52/. Acesso em: 24 out. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA (CONFEA). Resolução nº 1.002, de 26 de novembro de 2002. **Adota o Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia e dá outras providências**. Brasília, DF: CONFEA, 2002. Disponível em: https://normativos.confea.org.br/Ementas/Visualizar?id=542 . Acesso em: 24 out. 2026

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2024. p. 41-53.

FRANZOI, Naira Lisboa; OLIVEIRA, Maria Clarice de. Ensino-pesquisa-extensão na educação profissional integrada. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 183–195, set./dez. 2013. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9238. Acesso em: 26 out. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB). Conselho Superior. Resolução nº 96, de 4 de novembro de 2021. **Dispõe sobre a aprovação da Política de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**. João Pessoa: IFPB, 2021. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/pro-reitoria/proexc/assuntos/legislacoes-e-normas/resolucao-96-2021-consuper-daaoc-reitoria-ifpb. Acesso em: 26 out. 2026.

KONELL, André Eduardo; OLIVEIRA, Fátima Peres Zago de. **Curricularização da pesquisa e da extensão em cursos técnicos integrados ao Ensino Médio: propostas**

de práticas curricularizadas para a formação integral do estudante. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, 2024. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/748699. Acesso em: 26 out. 2026.

MAGNANI, Juliana Mattos. **Cidade clandestina, dano colateral das leis urbanísticas: a regularização de edificações e os impactos na produção e gestão das cidades**. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) — Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/97373ae4-4695-4c8e-bbde-60fa1fb3a154/content. Acesso em: 26 out. 2026.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. **CaderNAU**, v. 8, n. 1, p. 11-22, 2015.

NASCIMENTO, Denise Morado. A autoconstrução na produção do espaço urbano. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de; COSTA, Heloísa Soares de Moura (org.). **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011. p. 217–230.